



EDIÇÃO • Nº 01

SALVADOR - BA, JANEIRO DE 2023

VIGISAN

BAHIA

I INQUÉRITO
SOBRE
SEGURANÇA E
INSEGURANÇA
ALIMENTAR
NA BAHIA
NO CONTEXTO
DA COVID-19:

DADOS
DESAGREGADOS
PARA O **ESTADO**
DA BAHIA

(2021-2022)



Governador do Estado da Bahia

JERÔNIMO RODRIGUES

Vice-governador

GERALDO JÚNIOR

Secretário da Casa Civil

AFONSO BANDEIRA FLORENCE

Coordenador-Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome (CGCFOME)

Programa Bahia Sem Fome

TIAGO PEREIRA DA COSTA

Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)

JEANDRO RIBEIRO

EQUIPE DE ANÁLISE DOS DADOS E REDAÇÃO DO RELATÓRIO

ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA UFBA (ENUFBA)

Profa. Dra. Sandra M. Chaves dos Santos

Profa. Dra. Valterlinda Alves de Oliveira Queiroz

Profa. Dra. Nedja Silva dos Santos

Dra. Lidiane Fernandes Luz

Colaboração

Wilson Dias (CAR)

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA / BA

U58 Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição.

I Inquérito sobre segurança e insegurança alimentar na Bahia no contexto da covid-19 (I VIGISAN Bahia): dados desagregados para o estado da Bahia (2021-2022) [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição; Sandra Maria Chaves dos Santos [et al.] – Salvador, 2023.
35 p.: il.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)

U58 Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição.

I Inquérito sobre segurança e insegurança alimentar no Brasil no contexto da Covid-19: dados desagregados para o estado da Bahia (2021-2022) [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição; Sandra Maria Chaves dos Santos [et al.] – Salvador, 2023.

40 p.: il.

Relatório Técnico.

Inclui referências e apêndice.

1. Insegurança alimentar – Bahia. 2. Covid-19. 3. Relatório técnico.

I. Santos, Sandra Maria Chaves dos. II. Escola de Nutrição. III. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. IV. Título.

CDU 612.3(813.8)

Responsável Técnica: Maria de Fátima Mendes Martinelli – CRB/5-551

Este Relatório foi elaborado pela Escola de Nutrição da UFBA (ENUFBA) em setembro de 2022, com apoio do Governo do Estado da Bahia através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), e diagramado em 2023 pela Coordenação Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome (CGCFOME), que atua como Secretaria Executiva do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional (GSSAN) na Casa Civil do Estado da Bahia.

PREFÁCIO

Esses dados serviram de marco zero para criação e referencial do Programa Bahia Sem Fome na transição de governo do estado e, fundamentalmente, no início da gestão do Governador Jerônimo Rodrigues em 2023.

Cabe lembrar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi desmontado e o Conselho Nacional foi extinto pela Medida Provisória nº 870 em 1º de janeiro de 2019, fragilizando o financiamento das políticas e programas que asseguravam o Direito Humano à Alimentação Adequada. Os Estados da federação foram fortemente penalizados com cortes de recursos federais e uma inoperância das relações federativas.

O Estado da Bahia ainda conseguiu segurar o apoio a muitas políticas, programas e projetos que foram essenciais para minimizar o impacto nacional, garantindo, inclusive, o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/BA).

Paralelo a isso, a pandemia do coronavírus (covid-19) agravou ainda mais a situação na Bahia e no Brasil, modificando as dinâmicas sociais, produtivas, econômicas, relacionais e culturais, resultando no agravamento da fome e da insegurança alimentar em nível local e global, expondo e ampliando desigualdades sociais já existentes. Além disso, a pandemia causou disrupções significativas na cadeia de abastecimento e provocou mudanças nos hábitos alimentares da população.

Em boa hora, a Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (ENUFBA), através da Rede PENSSAN, desenvolveu esse estudo, com financiamento do Governo do Estado da Bahia, constatando uma predominância da fome nos centros urbanos, maior que na zona rural. Isso mostra que a ação do Estado para o meio rural baiano, com políticas efetivas para a agricultura familiar, tem transformado a vida das famílias trabalhadoras e camponesas.

Como prioridade dessa gestão, nasce o Bahia Sem Fome no Programa de Governo Participativo (PGP) em 2022, implementado através de uma coordenação na reforma administrativa e, mais tarde, se torna política pública por meio da Lei nº 14.635 de 28 de novembro de 2023, que institui oficialmente o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome no Estado. A lei busca garantir o acesso a alimentos de qualidade para pessoas em vulnerabilidade social, combatendo a fome e promovendo segurança alimentar e nutricional.

A nossa expectativa e a determinação do Governador é de que o Bahia Sem Fome se torne uma política efetiva na cidade, no campo, nas águas e nas florestas, ajudando a melhorar a vida de quem mais precisa, oportunizando cidadania, direitos e dignidade.

Dr. Tiago Pereira da Costa

Coordenador-Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome – CGCFOME

Secretário Executivo do Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional – GGSAN

CASA CIVIL DO GOVERNO DA BAHIA

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro 1: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	13
Quadro 2: Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica	14
Figura 1 - Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar por zona. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	17
Figura 2 - Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar. Brasil, Bahia e Regiões. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	18
Figura 3 - Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar. Brasil, Bahia e demais estados do Nordeste. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	18
Figura 4 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita - SMPC). I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	19
Figura 5: Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo ocupação da pessoa de referência no domicílio. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	20
Figura 6 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	20
Figura 7 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo a raça/cor da pele autorreferida. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	21
Figuras 8a-8e - Comparação da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo as modificações que ocorreram na quantidade comprada de feijão, arroz, carnes, vegetais e frutas pelas famílias. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	21
Figura 9 - Percentual de famílias segundo segurança/insegurança hídrica. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	23
Figura 10 - Percentual de famílias segundo segurança/insegurança hídrica e segurança/insegurança alimentar. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	24

APÊNDICE

Tabela 1 - Características do chefe da família, por zona residencial, segundo características sociodemográficas. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	28
Tabela 2 - Domicílios, por zona residencial, segundo características domiciliares. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	29
Tabela 3 - Pessoas entrevistadas, por zona residencial, segundo acesso a programas sociais de auxílio para enfrentamento das dificuldades relativas à IA e à COVID-19. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	30
Tabela 4 - Pessoas entrevistadas, por zona residencial, segundo programas e auxílios sociais emergenciais para enfrentamento das dificuldades advindas da pandemia de COVID-19. I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	31
Tabela 5 - Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Bahia e localização dos domicílios (urbana e rural). I VIGISAN, Bahia, 2021-2022.	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAEE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CGCFOME – Coordenação Geral de Ações Estratégicas de Combate à Fome

CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EDIH – Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica

FAO – Food and Agriculture Organization

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IA – Insegurança Alimentar

IPEA – Instituto de Pesquisas Sociais e Econômicas

PENSSAN – Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PNAE – Programa de Alimentação Escolar

Rede PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

SA – Segurança Alimentar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais



SUMÁRIO

09

APRESENTAÇÃO

10

RESUMO

12

INTRODUÇÃO

16

METODOLOGIA

21

RESULTADOS

31

CONSIDERAÇÕES FINAIS

33

REFERÊNCIAS

34

APÊNDICE



APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta os resultados da expansão da amostra do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da COVID-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), com um recorte específico para o Estado da Bahia, a partir de uma amostra representativa das áreas rural e urbana, o qual foi denominado I VIGISAN Bahia.

No II VIGISAN, as análises contemplaram uma amostra de 12.745 domicílios localizados em áreas urbanas e rurais. No entanto, por questões amostrais, não foi possível apresentar resultados desagregados entre zonas urbana e rural por unidade da federação.

Diante disso, no Estado da Bahia, um esforço conjunto envolvendo órgãos governamentais como a Casa Civil do Governo do Estado, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e a Coordenação de Pesquisa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), além de setores da sociedade civil, como o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-BA) e a Escola de Nutrição da UFBA, com apoio técnico da Rede PENSSAN e recursos financeiros do Governo Estadual, possibilitou

a ampliação da amostra da pesquisa. Essa ampliação permitiu distinguir a situação da insegurança alimentar entre domicílios urbanos e rurais, sendo a Bahia o único Estado a contar com esse detalhamento nesta etapa da pesquisa.

Este relatório descritivo pode ser analisado sob diversas perspectivas. Apresenta um diagnóstico atualizado da situação da insegurança alimentar na Bahia, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões que contribuam para que o Estado, a região Nordeste e o Brasil superem o cenário de fome, que tem se agravado nos últimos anos em âmbito nacional. Esse agravamento, entretanto, apresenta variações de intensidade conforme as diferentes realidades de desigualdade entre os Estados e regiões.

Os resultados aqui descritos servirão de base para que pesquisadores(as), gestores(as) públicos(as), membros de organizações e movimentos sociais, representantes políticos e a população em geral possam, conjuntamente, refletir e agir em defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável para todas as pessoas.

RESUMO



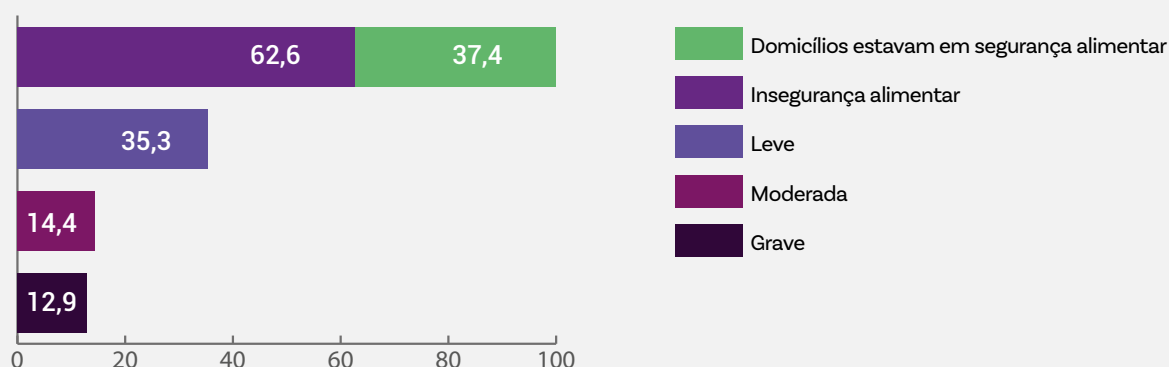
RESUMO

Como desdobramento do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar promovido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, este estudo apresenta dados sobre a situação da segurança e da insegurança alimentar no Estado da Bahia. A pesquisa, de base populacional, foi realizada por meio de entrevistas presenciais em 808 domicílios localizados em áreas urbanas e rurais do Estado, entre novembro de 2021 e abril de 2022. Para mensuração da segurança alimentar, foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), e para análise da situação hídrica nos domicílios foi aplicada a Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica. O questionário foi estruturado em sete módulos temáticos, abrangendo localização do domicílio, perfil sociodemográfico, renda, experiências durante a pandemia de COVID-19, acesso a políticas públicas, apoio social, consumo alimentar e situação hídrica. No estudo, **37,4%** dos domicílios estavam em segurança alimentar (acesso regular e

suficiente a alimentos adequados), enquanto 62,6% viviam em insegurança alimentar: **35,3% leve** (preocupação ou comprometimento da qualidade dos alimentos), **14,4% moderada** (redução quantitativa, podendo haver falta de alimentos) e **12,9% grave** (redução quantitativa e situações de fome). **A pesquisa revelou que a insegurança alimentar atinge com maior intensidade os domicílios chefiados por mulheres e por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.** Observou-se também que, nos três meses anteriores à pesquisa, houve redução na compra de alimentos básicos pela maioria das famílias, especialmente carne (70,3%), feijão (60%), frutas (54%), arroz (51,6%) e macarrão (50,5%). Além disso, **10,4% das famílias viviam em condição de insegurança hídrica, e, entre essas, 85,7% também enfrentavam insegurança alimentar.** Esses achados evidenciam o agravamento da violação do direito humano à alimentação adequada e ao acesso à água entre a população baiana.

| **Palavras-chave:** segurança e insegurança alimentar; COVID-19; Estado da Bahia.

Gráfico



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

Em 1993, o Instituto de Pesquisas Sociais e Econômicas (IPEA), uma fundação pública vinculada então à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República, em um cenário no qual o combate à fome e à miséria se colocava na agenda nacional, e tendo como missão dimensionar o número de brasileiras e brasileiros que precisariam ser alcançados por uma desejada Política Nacional de Segurança Alimentar, realizou e publicou o primeiro Mapa da Fome brasileiro. Naquele contexto, foi divulgado que 32 milhões de brasileiros conviviam com a fome, a partir de um indicador de renda mensal. Dentre esses, registrava o Mapa, nove milhões de famílias tinham renda mensal apenas para adquirir uma cesta básica de alimentos para atender suas necessidades nutricionais (IPEA, 1993).

Desde então, e como resultado de um conjunto de políticas, e da ausência destas, o Nordeste concentrava a parcela da população mais submetida à falta de acesso a quantidade adequada de alimentos. Se a metade da população nessa condição de insuficiência alimentar se encontrava nas cidades, aquele mapa já denunciava o desafio nordestino para garantir alimentação à população rural: no Nordeste rural concentrava-se 60% de pessoas cuja renda não garantia alimentação adequada (IPEA, 1993).

Vinte e nove anos depois, muitos estudos com novas metodologias e muitos governos nacionais e locais se sucederam, assim como iniciativas de participação social nos conselhos de segurança

alimentar locais, estaduais e no nacional. Essas instituições geraram importantes ações públicas que contribuíram para a redução da fome e da insegurança alimentar, processo que foi interrompido desde 2016, com mudanças nas políticas sociais de interesse para a Segurança Alimentar e, em 2019, com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Nos últimos anos, o Brasil como um todo voltou a se deparar com um quadro dramático de insegurança alimentar, atingindo seis em cada 10 domicílios brasileiros, com **33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave ou fome (Rede PENSSAN, 2022)**.

O problema é efetivamente nacional, alcançando domicílios de todas as regiões e Estados do Brasil. As marcas das desigualdades que estruturam, no entanto, o desenvolvimento social e econômico diferenciado entre as regiões se apresentam e se agravaram no contexto de uma gestão equivocada da pandemia e seus efeitos sanitários e sociais.

Esse relatório objetiva apresentar o diagnóstico atualizado do cenário de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar para o Estado da Bahia, considerando domicílios urbanos e rurais, no contexto da COVID-19. Trata-se de estudo que integra pesquisa nacional promovida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), identificada como II VIGISAN.

Foram realizadas até agora duas grandes pesquisas nacionais. A primeira, em 2020, denominada I VIGISAN, preencheu a lacuna de mobilização do governo federal na produção de dados sobre insegurança alimentar em um cenário de alta fragilidade devido à pandemia e à paralisação de políticas sociais desde 2016. Revelou-se então que a insegurança alimentar havia crescido desde 2017 (POF 2017-2018), após o êxito obtido até 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome, com base no relatório elaborado pela FAO (IBGE, 2020; FAO, 2014).

No I VIGISAN foram identificados 55,2% de domicílios brasileiros em algum grau de insegurança alimentar e 19 milhões de brasileiros em situação de fome (REDE PENSSAN, 2021). Na ausência de novas pesquisas federais, a Rede PENSSAN articulou parcerias e viabilizou a realização do II VIGISAN, cuja coleta de dados ocorreu entre final de 2021 e início de 2022. Mais uma vez, identificou-se o aprofundamento da crise relativa ao direito humano à alimentação no Brasil. Foram contabilizados 58,7% de domicílios com algum grau de insegurança alimentar, **o que representa mais de 125 milhões de pessoas com problemas de acesso a alimentos e, destes, mais de 33 milhões em insegurança alimentar grave, ou seja, fome.**

No I VIGISAN a amostra foi nacional e regional, sendo capaz de expressar o fenômeno no país e diferenças da situação entre as regiões. Mais uma vez, anos depois, o Nordeste mostrou resultados muito significativos sobre a insegurança alimentar de sua população, sendo

que, desta feita, a região Norte foi a que apresentou os piores resultados.



No II VIGISAN, publicado em junho de 2022, foi possível contar com amostra por Estados. E, particularmente, o Estado da Bahia, por uma mobilização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/BA), que articulou setores do Governo e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), via Escola de Nutrição que integra a Rede PENSSAN, tornou possível expandir a amostra e contar com uma representação também de domicílios rurais, cujos resultados conformam este relatório denominado de I VIGISAN Bahia.

Ressalta-se que, além da identificação das situações de segurança alimentar e inseguranças leve, moderada e grave, a metodologia desses estudos apresenta dados e informações sobre variáveis

sociais e econômicas que incidem sobre o fenômeno. Esse conjunto de resultados, que demandam análises e debates

contextualizados, decerto pode orientar decisões, escolhas e também outros estudos que aprofundem a compreensão do que precisa ser feito para superar a situação.

No conjunto, os dados nos permitem constatar que o Estado da Bahia não lidera, na atualidade, com os indicadores atuais, a prevalência da fome. Especialmente importante para o debate local, os domicílios rurais se apresentaram com menor risco. No entanto, os resultados são de magnitude significativa e revelam percentuais altos de insegurança alimentar para um estado com potenciais humanos e naturais tão grandes. As mesmas variáveis que definem a insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios de todas as regiões e estados do Brasil estão presentes no cenário baiano, com maior ou menor intensidade, **o que convoca todos para pensarmos em políticas estaduais e regionais, integradas necessariamente a políticas nacionais.**

Assim, para entregar à sociedade política e civil baiana resultados sensíveis e mobilizadores, este documento, após essa introdução, apresenta a metodologia da pesquisa, seguida pelos resultados obtidos contemplando Figuras, Quadros e Tabelas. Nessa mesma seção, faz-se uma leitura dos dados da Bahia a partir do cenário regional e nacional. Por fim, são feitas algumas considerações que não pretendem ser conclusivas, ao contrário, convidam ao debate.



METODOLOGIA

16



Tipo de estudo e população incluída

Trata-se de inquérito de base populacional com entrevistas realizadas de forma presencial, em domicílios representativos do Estado da Bahia, localizados tanto em área urbana quanto rural. A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro de 2021 e abril de 2022, período estendido em razão das fortes chuvas que assolavam o país, sobretudo no Estado da Bahia.

As entrevistas foram feitas com moradores de idade igual ou superior a 18 anos, preferencialmente com a pessoa

de referência no domicílio (também denominada “chefe”). Na impossibilidade dessa escolha, era selecionada uma pessoa com 18 anos ou mais, desde que estivesse apta a fornecer informações sobre o perfil sociodemográfico de todos os moradores do domicílio, de suas condições gerais, de alimentação e de saúde. Caso a pessoa mais indicada para responder ao questionário não estivesse disponível no momento da primeira abordagem, o (a) entrevistador(a) voltava posteriormente ao domicílio para realizar a entrevista.

Tamanho e distribuição da amostra

O II VIGISAN foi baseado em amostra probabilística, representativa do conjunto da população baiana; este recorte foi denominado I VIGISAN Bahia. O cálculo da amostra resultou em 808 domicílios distribuídos na zona urbana e rural da Bahia. A seleção dos conglomerados amostrais foi realizada em três estágios:

1º estágio: seleção probabilística por meio do método Probabilidade Proporcional ao Tamanho, tomando como base o número de habitantes.

2º estágio: seleção aleatória dos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3º estágio: seleção aleatória dos domicílios. Foram entrevistados, aproximadamente, oito domicílios por setor censitário selecionado.



Instrumentos de coleta de informações

O questionário foi aplicado por pessoas treinadas, com experiência em pesquisas populacionais utilizando-se tablets e celulares. As perguntas foram estruturadas e codificadas, exceto para uma pergunta aberta sobre rendimentos familiares em reais. O questionário era subdividido em sete módulos de acordo com as temáticas de interesse do inquérito e respectivos indicadores, a saber: identificação da localização geográfica e do tipo de domicílio; perfil sociodemográfico de membros da família; renda e experiência familiar sobre a pandemia da Covid-19; experiência do (a) entrevistado(a) e da família frente à Covid-19.

18

Além da condição de segurança/ insegurança alimentar no domicílio avaliada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) validada por Interlenghi, et al., 2018, e a segurança/ insegurança hídrica no domicílio avaliada a partir da escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH) (Young, et al., 2019), informações sobre acesso às políticas públicas, apoio social e indicadores de alimentação também foram investigadas.

Nos domicílios entrevistados foram listados todos os moradores, com a descrição do perfil considerando o sexo, a idade, a escolaridade, a raça/cor da pele autorreferida e a ocupação – esta última condição para aqueles com 14 anos ou mais de idade.

Mensuração da Segurança e Insegurança alimentar

A Segurança Alimentar (SA) e os níveis de Insegurança Alimentar (IA) foram obtidos pela aplicação da EBIA validada de oito perguntas (Interlenghi, et al, 2018) (Quadro 1). As perguntas foram formuladas com resposta afirmativa ou negativa, onde as respostas afirmativas significam a ocorrência de um agravante da condição alimentar. As respostas obtidas serviram para mensuração do nível de segurança alimentar e insegurança alimentar, que foi quantificado de acordo com o total de respostas afirmativas em: 0 respostas afirmativas – segurança alimentar (todos os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais); 1-3 respostas afirmativas - insegurança alimentar leve (há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro entre os moradores do domicílio, podendo haver modificação na qualidade dos alimentos); 4-5 respostas afirmativas - insegurança alimentar moderada (há redução qualitativa de alimentos, podendo também haver falta de alimentos entre os moradores do domicílio); 6-8 respostas afirmativas - insegurança grave (nessa situação, pode haver a experiência de fome entre os moradores do domicílio) (IBGE, 2020; Interlenghi, et al., 2018).

Quadro 1 - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

1	“Nos últimos três meses, os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?”
2	“Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?”
3	“Nos últimos três meses, os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?”
4	“Nos últimos três meses, os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?”
5	“Nos últimos três meses, algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?”
6	“Nos últimos três meses, algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?”
7	“Nos últimos três meses, algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?”
8	“Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?”

Fonte: Young, et al., 2019

Mensuração da Insegurança Hídrica

19

Para a mensuração dos gradientes de Insegurança Hídrica, foram consideradas as perguntas específicas sobre esse tema, que compõem a Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH) (Quadro 2). A EDIH considera pontos de corte estabelecidos com base nos escores de respostas aos 12 itens avaliados. As respostas aos itens são: nunca (0 vezes), raramente (1 a 2 vezes), às vezes (3 a 10 vezes), frequentemente (11 a 20 vezes) e sempre (mais de 20 vezes). Nunca é pontuado

com zero, raramente é pontuado com 1, às vezes com 2 pontos e frequentemente/ sempre com 3 pontos. Desta forma, para a estratificação dos níveis de Segurança/ Insegurança Hídrica, considerou-se o escore domiciliar correspondente à soma da pontuação dos 12 quesitos, variando em uma amplitude de 0 a 36. A classificação final do domicílio obedeceu aos seguintes pontos de cortes: - Segurança Hídrica (SH): 0 - 11 pontos: - Insegurança Hídrica (IH): 12 - 36 pontos (YOUNG, et al., 2019).

Quadro 2 - Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica

1	Nas últimas quatro semanas, você ou alguém de sua casa esteve incomodado, preocupado ou com medo de que não teria água suficiente para todas as suas necessidades domésticas?
2	Nas últimas quatro semanas, com que frequência o abastecimento de água através de sua principal fonte foi interrompido ou sofreu alguma alteração (pressão de água, menos água do que o esperado, rio secou)?
3	Nas últimas quatro semanas, com que frequência os problemas com a água impediram a lavagem de roupa?

4	Nas últimas quatro semanas, com que frequência você ou alguém de sua família mudou a sua rotina porque teve que resolver um problema por conta da água? (As atividades que podem ter sido interrompidas incluem cuidar de outras pessoas, realizar tarefas domésticas, trabalhos agrícolas, atividades geradoras de renda, dormir etc.)
5	Nas últimas quatro semanas, com que frequência você ou alguém em sua casa teve que mudar os alimentos que costumam comer devido aos problemas com a água (como por exemplo: lavar os alimentos, cozinhar, etc)?
6	Nas últimas quatro semanas, com que frequência você ou alguém em sua casa passou sem lavar as mãos após atividades sujas (por exemplo, defecar, ou trocar fraldas, limpar esterco de animais) devido a problemas com a água?
7	Nas últimas quatro semanas, com que frequência você ou alguém em sua casa teve que ficar sem tomar banho por causa de problemas com a água (por exemplo, água insuficiente, suja, insegura)?
8	Nas últimas quatro semanas, com que frequência a quantidade de água para beber foi menor do que gostaria para você ou alguém em sua casa?
9	Nas últimas quatro semanas, com que frequência você ou alguém de sua família sentiu raiva da situação da água?
10	Nas últimas quatro semanas, com que frequência você ou alguém de sua casa foi dormir com sede?
11	Nas últimas quatro semanas, com que frequência a sua casa ficou completamente sem água?
12	Nas últimas quatro semanas, com que frequência os problemas com água fizeram com que você ou alguém em sua casa se sentisse envergonhado?

Fonte: Young, et al., 2019

Análise dos dados

Foram realizadas análises descritivas para caracterização da população estudada segundo as variáveis de interesse: (i) dos indicadores relativos às características sociais e demográficas da população, incluindo renda familiar, condições de trabalho, raça/cor, gênero e escolaridade

da pessoa de referência; (ii) o acesso aos alimentos, expresso pela classificação da SA/IA; (iii) o acesso à água expresso pela classificação de SI/IH; e (iv) indicadores proxy do padrão de consumo alimentar. Nas análises utilizou-se o peso para gerar os resultados para o total da Bahia.

Procedimentos éticos

O II VIGISAN é parte de um projeto amplo de monitoramento da SA/IA no contexto da Covid-19, coordenado pela Rede PENSSAN e executado pelo Instituto Vox Populi. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro

- CAEE 30679914.0.0000.5257. Todos os participantes que aceitaram fazer parte da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Os pesquisadores consideram a presente pesquisa de risco mínimo, por se tratar de inquérito populacional sem qualquer tipo de intervenção.

RESULTADOS

RESULTADOS

Descrição da população

Os resultados do II VIGISAN com desagregação de dados para o Estado da Bahia (I VIGISAN Bahia) demonstram que a maioria das famílias, tanto na zona urbana quanto na zona rural, são chefiadas por indivíduos na faixa etária entre 18 e 49 anos, do sexo masculino. Pessoas com escolaridade inferior ao ensino fundamental incompleto foram mais prevalentes, com maior percentual na área rural (64,8%) quando comparado com a área urbana (55,1%). Em relação à raça/cor da pele, a maioria se declarou preta ou parda (84,3%). Quanto às ocupações mais prevalentes, registrou-se na zona urbana o trabalho formal (28,6%) e na zona rural o agricultor(a)/produtor(a) (24,6%) (Apêndice - Tabela 1).

Em relação à condição do domicílio, 24,1% dos moradores da área rural e 15,8% dos que viviam na área urbana residiam em domicílios com apenas um cômodo. Em relação à renda familiar per capita, deve-se registrar o baixo rendimento da população, uma vez que 38,4% das famílias tinham renda per capita média de até 1/2 salário mínimo. Dentre essas famílias, 14,7%

conviviam com no máximo 1/4 do salário mínimo per capita por mês, com piores condições de renda para a zona rural (Apêndice - Tabela 2).

Na Tabela 3 estão descritos os programas sociais dos quais os entrevistados ou suas famílias eram beneficiários, sendo os mais citados o PNAE (52%), Bolsa Família (26,8%) e Auxílio Brasil (22%). Registra-se que as famílias da área rural tinham maiores percentuais de pessoas beneficiadas quando comparado à zona urbana (Apêndice - Tabela 3).

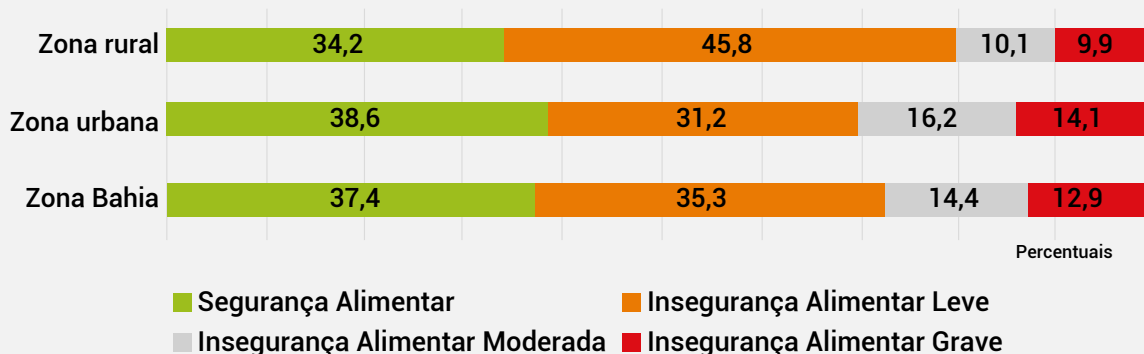
Em relação aos auxílios sociais emergenciais para enfrentamento das dificuldades por conta da pandemia, 19,7% dos entrevistados referiram que solicitaram, mas não receberam o auxílio emergencial, com maior percentual na zona rural (23%). Quando questionados sobre ajuda de instituições não governamentais, parentes ou amigos, 14,9% afirmaram ter recebido apoio. E 21,9% referiram obter os alimentos por meios não socialmente aceitos (Apêndice - Tabela 4).

Situação de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar

Entre o final de 2021 e início de 2022, 37,4% dos domicílios da Bahia tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em segurança alimentar. Em 35,3% deles havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores – traduzida pela preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo e comprometimento da qualidade

da alimentação – ou experiência de IA leve. Em quase 1/3 dos domicílios (27,3%) já havia relato de insuficiência de alimentos que atendessem às necessidades de seus moradores, ou seja, IA moderada (14,4%) ou grave (12,9%), com prevalências mais elevadas para os domicílios da zona urbana quando comparado à zona rural (Figura 1 e Apêndice-Tabela 5).

Figura 1 - Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



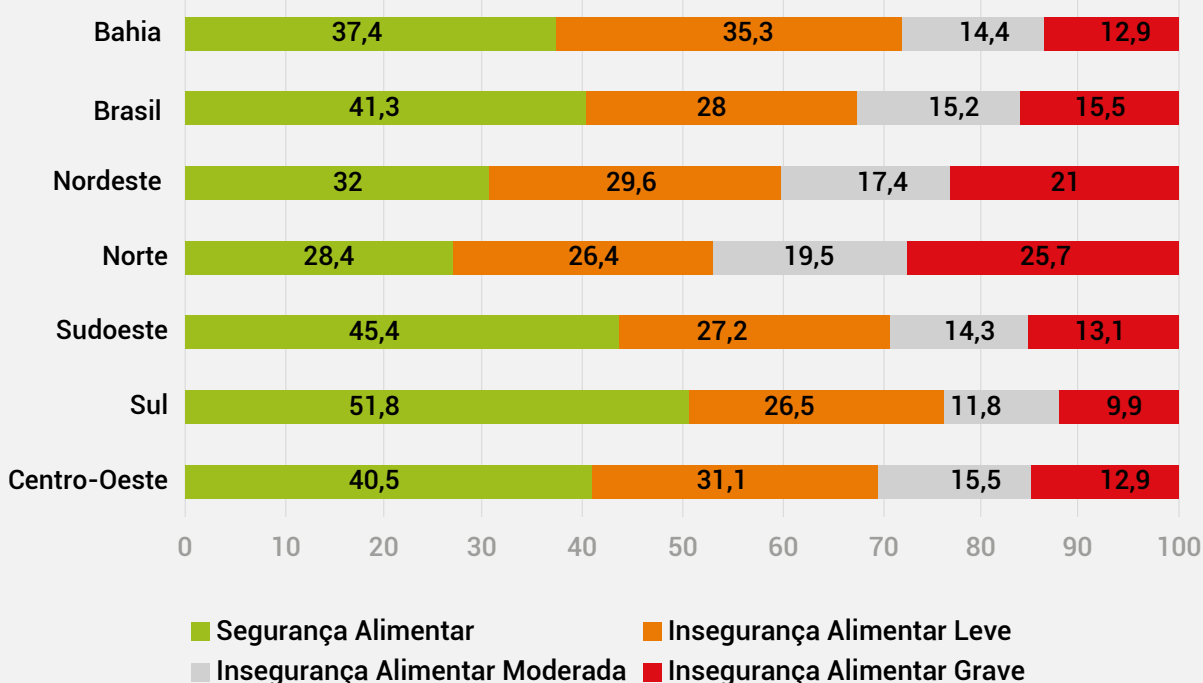
Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Ao analisar a condição de segurança alimentar dos domicílios baianos, observa-se uma maior prevalência (37,4%) em comparação ao percentual da região Nordeste (32%).

Quanto aos níveis de insegurança alimentar, a Bahia apresentou menores percentuais de insegurança moderada e grave em relação ao conjunto da região (Figura 2).

23

Figura 2 - Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar. Brasil, Bahia e Regiões. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.

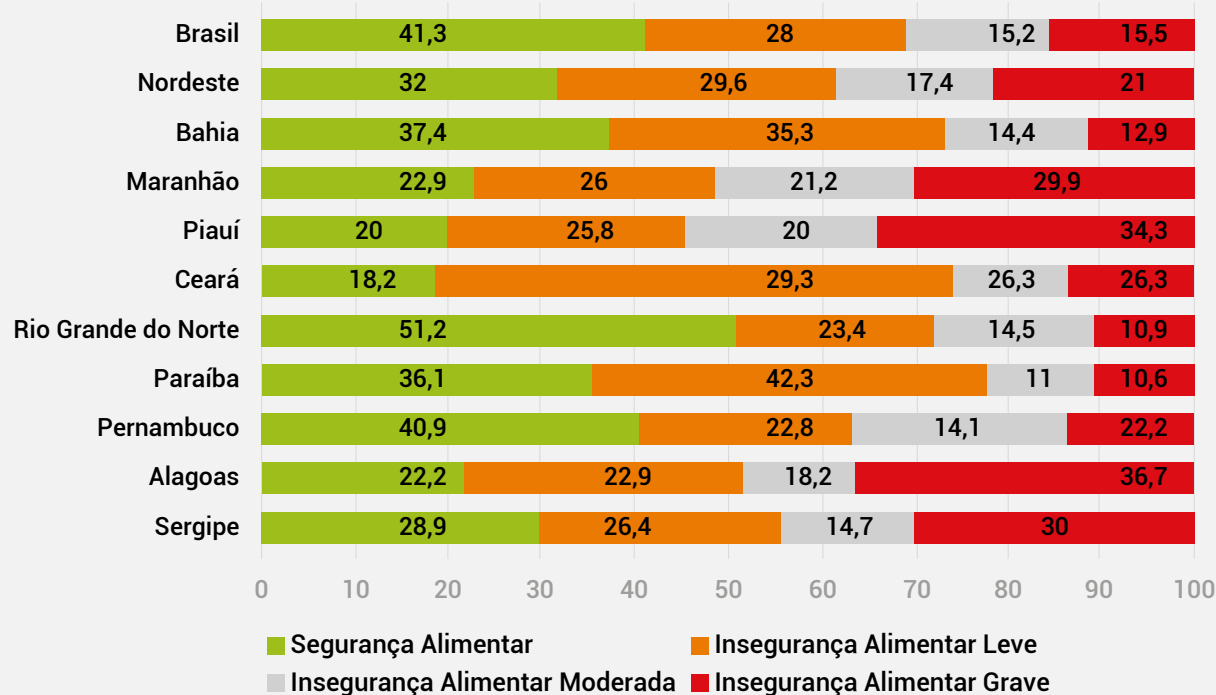


Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Na comparação com os demais estados da região Nordeste, a Bahia apresenta o terceiro maior percentual

de domicílios em segurança alimentar, sendo superada apenas pelo Rio Grande do Norte e por Pernambuco (Figura 3).

Figura 3- Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar. Brasil, Bahia e demais estados do Nordeste. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



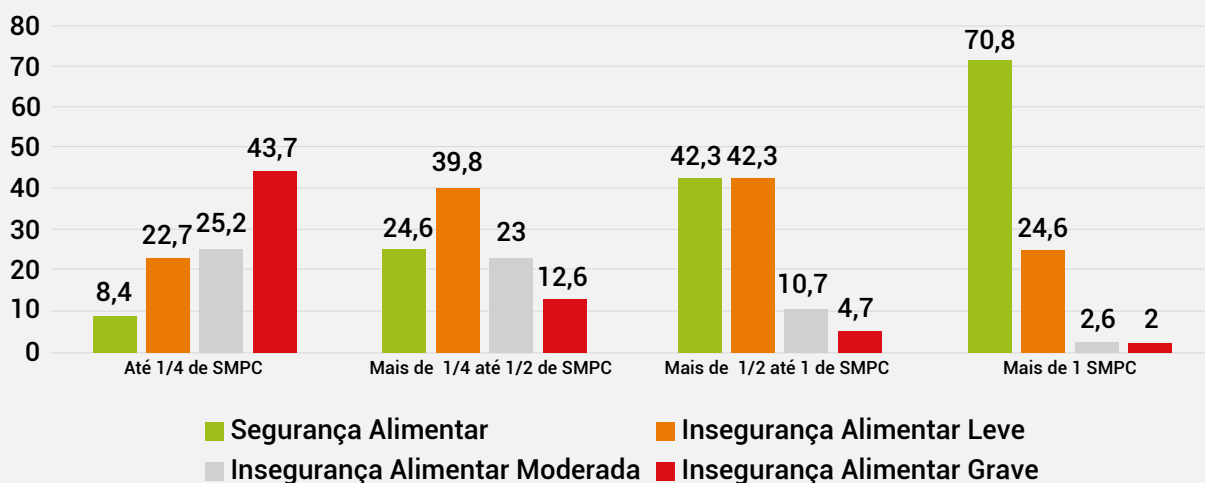
Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Estudos demonstram que os domicílios com menor renda familiar per capita estão mais vulneráveis à condição de insegurança alimentar. Os dados reforçam essa relação, uma vez que 91,6% dos domicílios cuja renda per capita era inferior a 1/4 do salário mínimo (SM)

possuíam algum grau de IA; por outro lado, em domicílios com renda per capita maior do que 1 SM, a SA esteve presente em 70,8% deles (Figura 4). Esse cenário aponta urgência de políticas públicas permanentes que favoreçam melhores rendimentos financeiros para as famílias.



Figura 4 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita - SMPC). I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



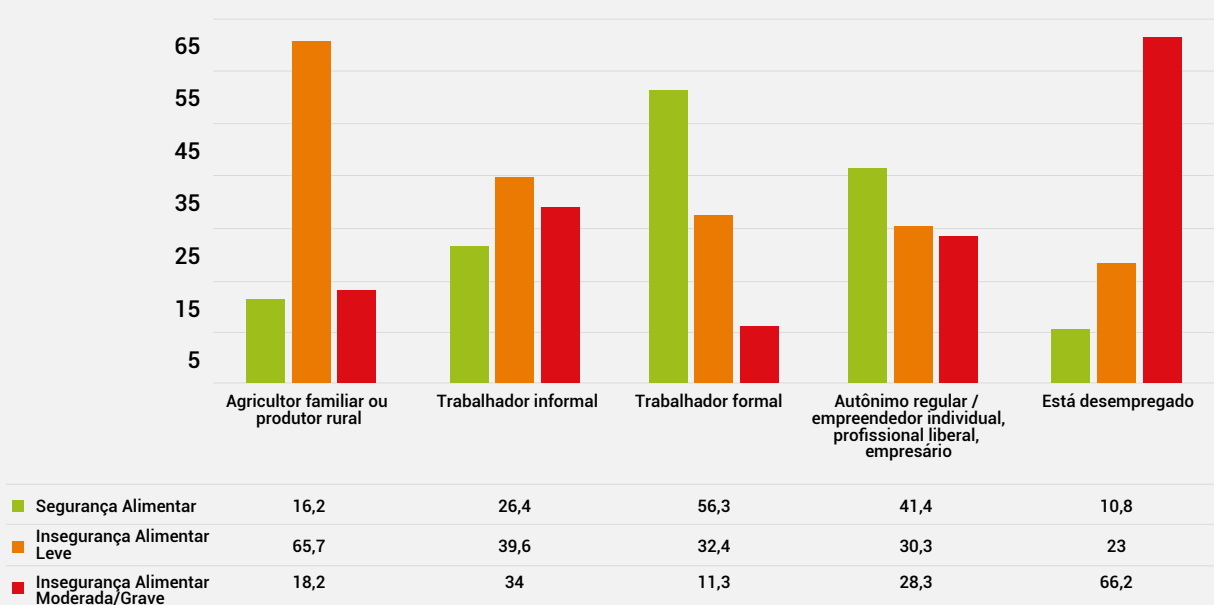
Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Os dados da Figura 5 mostram que a segurança alimentar foi maior nos domicílios em que a pessoa de referência tinha vínculo empregatício formal (56,3%), enquanto a insegurança alimentar moderada/grave foi maior nos

domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (66,2%). Apenas 16,2% dos agricultores(as) familiares e pequenos(as) produtores(as) estavam vivendo em domicílios com segurança alimentar.

25

Figura 5 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) segundo ocupação da pessoa de referência no domicílio. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.

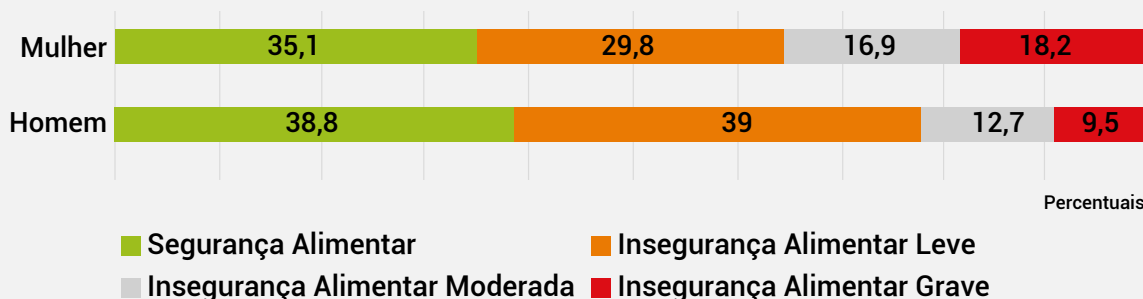


Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

A desigualdade de gênero, conhecida como uma condição social que impacta a SA, foi confirmada nos domicílios baianos onde o acesso das famílias aos alimentos está mais comprometido nos domicílios onde

uma mulher era a pessoa de referência (ou responsável pela família, segundo a mesma terminologia utilizada pelo IBGE). A insegurança alimentar quase duplica quando a pessoa de referência é uma mulher (Figura 6).

Figura 6 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



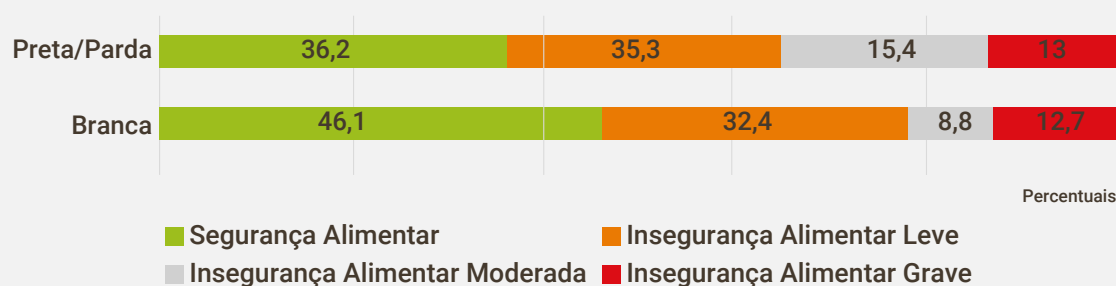
Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

26

Outro ponto que merece ser destacado neste estudo consiste na relação entre a raça/cor da pele autorreferida da pessoa responsável pelo domicílio e a mudança nos níveis de SA/IA de seus moradores. Os dados mostram que

nos domicílios cujo chefe da família se autodeclarou de cor preta ou parda a condição de insegurança alimentar foi de 63,8%, o que representa 9,9% a mais do que nas famílias cujo chefe se autodeclarou de cor branca (Figura 7).

Figura 7 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo a raça/cor da pele autorreferida. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

A compra de alimentos básicos para o consumo das famílias considerando a condição de SA/IA pode ser verificada nas figuras 8a-8e. As famílias em condição

de IA relataram redução no consumo de feijão (71,2%), arroz (72,5%), carne (68,4%), vegetais (67,6%) e frutas (68,3%).

Figuras 8a-8e - Comparação da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo as modificações que ocorreram na quantidade comprada de feijão, arroz, carnes, vegetais e frutas pelas famílias. I VIGISAN*, Bahia, 2021/2022.



Figura 8a - Feijão

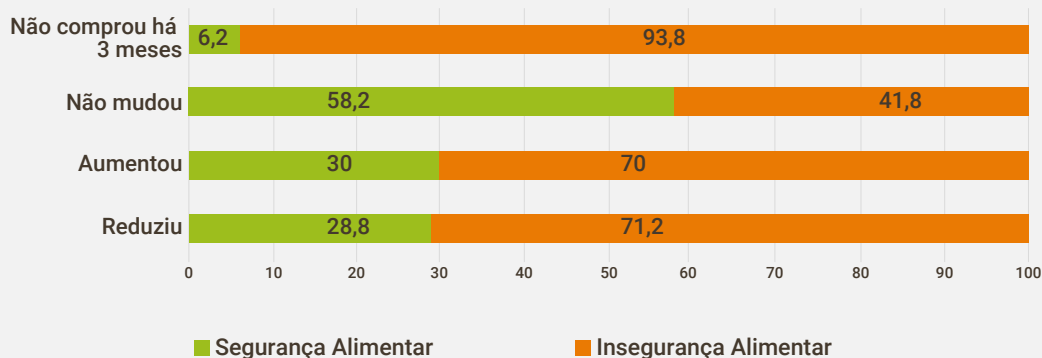


Figura 8b - Arroz

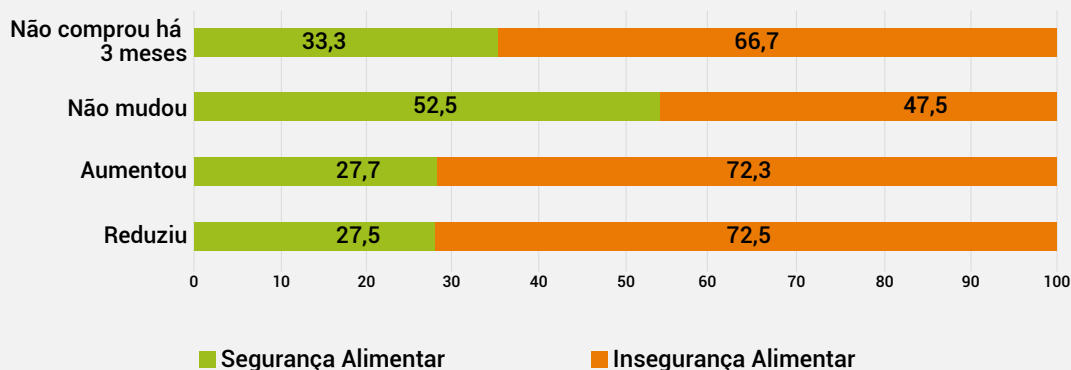


Figura 8c - Carnes

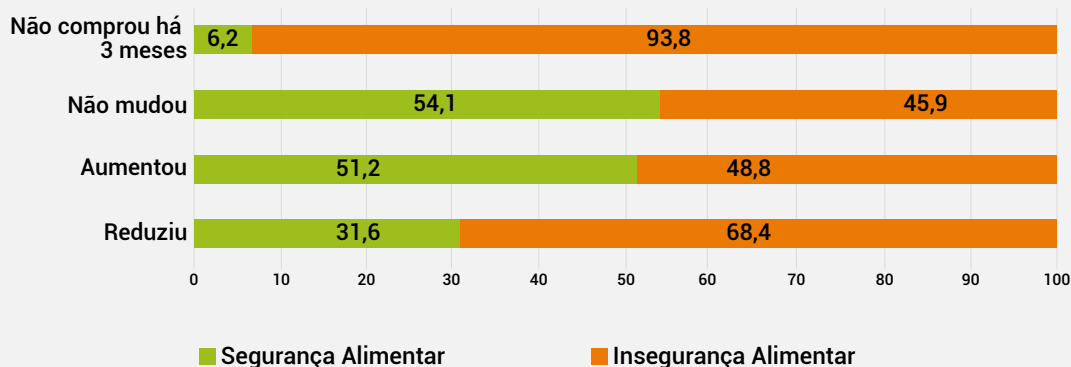


Figura 8d - Vegetais

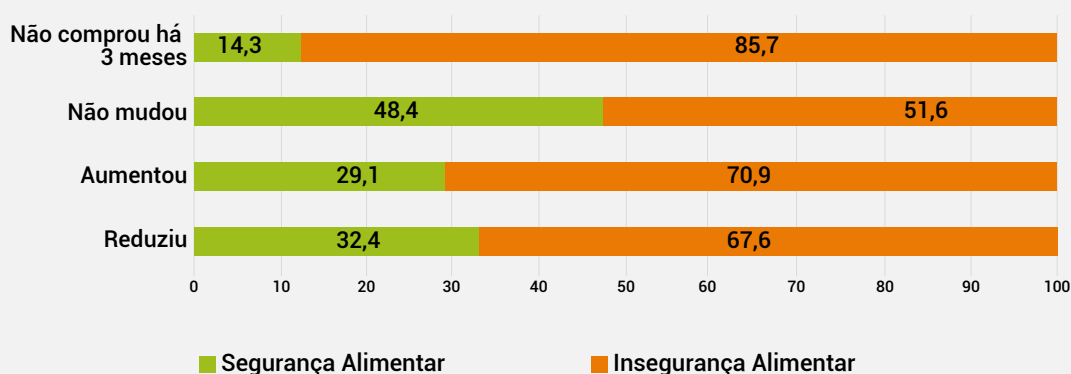
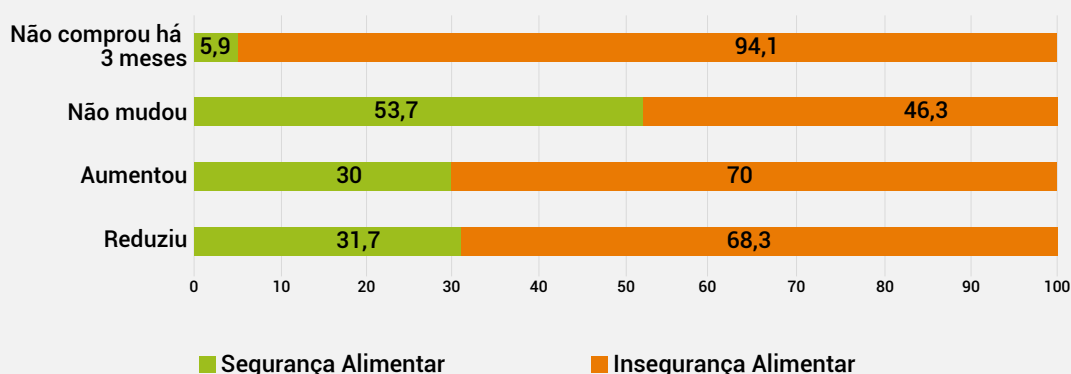


Figura 8e - Frutas



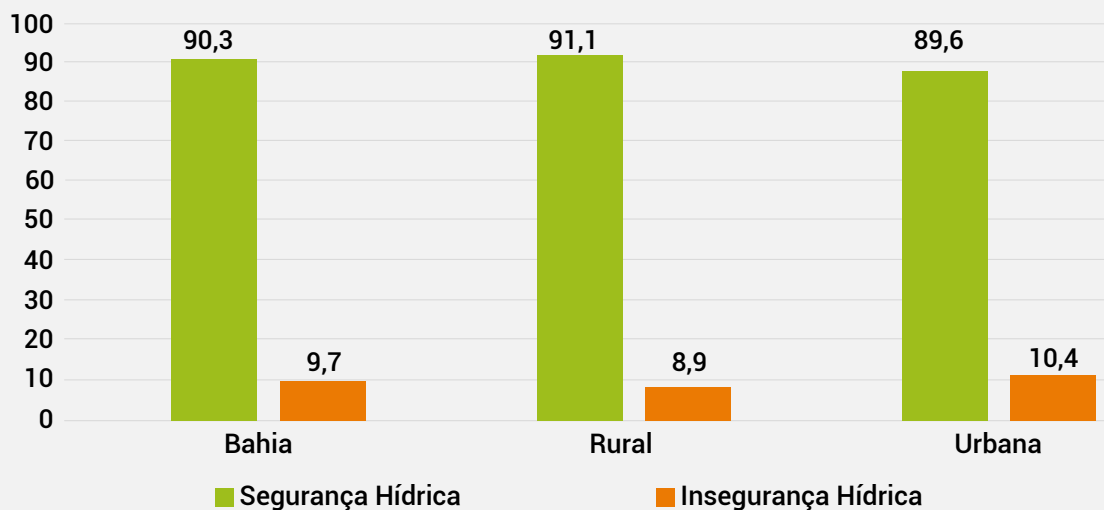
Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Neste estudo, buscou-se também conhecer a condição de segurança e insegurança hídrica das famílias. Dos resultados apresentados na Figura 9, observa-se que 9,7% das famílias vivem em condição de insegurança hídrica na Bahia, ou seja, com restrição de acesso à água. Esse número é inferior à taxa nacional, apontada no II VIGISAN, em que 12% dos domicílios no país encontram-se em insegurança hídrica. Este fato pode decorrer do intenso trabalho realizado no Nordeste do Brasil em relação às tecnologias sociais de acesso à água,

fato que parece ser evidenciado quando comparamos os dados de insegurança hídrica no estado da Bahia entre a zona rural (8,9%) e a zona urbana (10,4%).

É válido ressaltar que a Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH), já utilizada em mais de 26 países (YOUNG et al., 2019), ainda está em processo de validação no Brasil, a fim de promover possíveis adequações que possam retratar precisamente os problemas de acesso à água no país.

Figura 9 - Percentual de famílias segundo segurança/insegurança hídrica. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



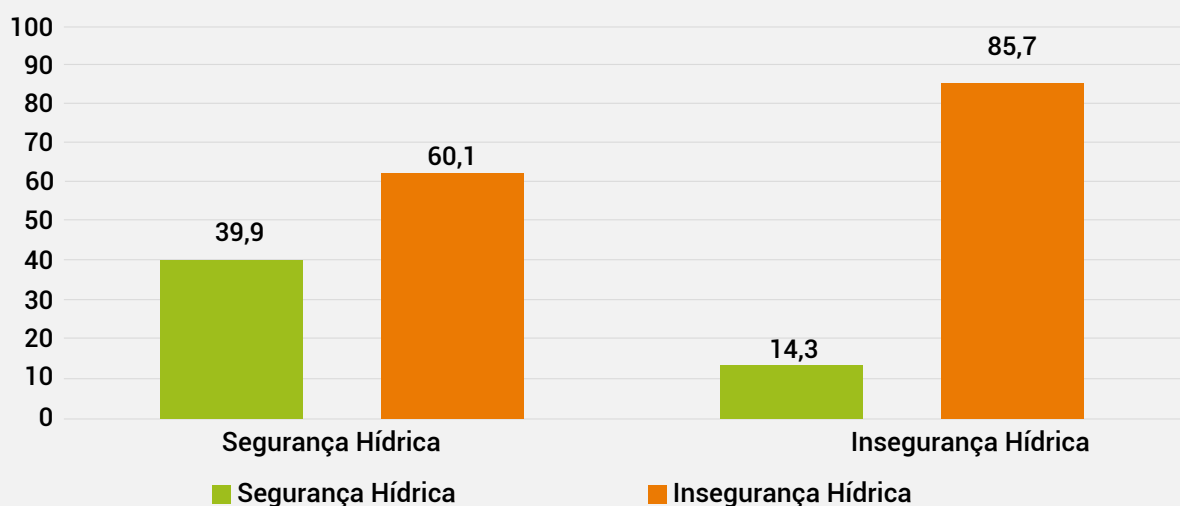
Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Ao analisar a condição segurança/insegurança alimentar em relação à segurança/insegurança hídrica, verifica-se que 85,7% das famílias em insegurança hídrica convivem também com a insegurança alimentar (Figura 10), dados

muito próximos aos nacionais, em que 85,6% dos domicílios em insegurança hídrica estão em situação de insegurança alimentar, e superiores aos do Nordeste, em que 79,1% das famílias em insegurança hídrica também convivem com algum nível de IA.

29

Figura 10 - Percentual de famílias segundo segurança/insegurança hídrica e segurança/insegurança alimentar. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



Fonte: *Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

Essa constatação evidencia que as famílias afetadas pela combinação de falta de alimentos e insegurança hídrica estão desprovidas dos elementos mais vitais da existência humana. Sendo assim, tanto o acesso aos alimentos quanto o acesso à água para consumo humano dependem de políticas públicas que buscam garantir a realização desses direitos.

Portanto, não será possível garantir segurança alimentar no país e no Estado da Bahia sem que seja também garantida a segurança hídrica, tanto com políticas específicas de abastecimento e acesso à água quanto com políticas estruturais de combate às mudanças climáticas, de proteção aos recursos hídricos e de regulação de usos dos mananciais.



30



CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Estado da Bahia, a exemplo dos demais estados brasileiros, de todas as regiões do país, tem pela frente o desafio de promover a segurança alimentar e nutricional para todos os cidadãos. De certo a situação atual não coloca o Estado no pior dos cenários, como já ocorreu antes, mas **9 milhões de baianos experimentam insegurança alimentar em algum grau**, caracterizando importante déficit de cidadania.

As situações entre regiões e estados guardam algumas diferenças, mas não o suficiente para sinalizar zonas de conforto. Isso sugere que será necessário pensar e agir nacionalmente para que parte dos determinantes da situação sejam superados, ao lado de **ação pública regional e local** que possa dirigir-se às condições específicas que conformam os diferentes cenários.

A renda, a condição do desemprego, o gênero feminino da pessoa de referência, a cor parda/preta, a insegurança hídrica, são fatores a serem considerados em políticas nacionais e locais de promoção da segurança alimentar. Embora os resultados aqui apresentados não tenham analisado a significância estatística das associações investigadas, de uma forma geral variáveis que definem a insegurança alimentar em todo o país também apresentam tendência similar na Bahia.

Em todo o país, a **prevalência de insegurança alimentar grave foi maior entre domicílios rurais, o que não aconteceu no Estado da Bahia**. A segurança hídrica obteve no Estado resultado melhor

do que o alcançado para os domicílios brasileiros, e a prevalência foi menor entre domicílios rurais. Estes resultados devem alertar aos interessados em conhecer mais e melhor iniciativas locais e regionais da sociedade civil e dos governos da esfera estadual e municipal que estejam promovendo alguma proteção à população população rural.

Destacando-se que a **alta prevalência de domicílios em insegurança alimentar leve na área rural** exige ações seguras e rápidas que evitem agravamento do quadro. E, tanto para domicílios urbanos e rurais, mais de 60% de insegurança alimentar em todos os gradientes exige intensa mobilização de todos.

Este relatório é o primeiro que apresenta resultados de pesquisa domiciliar sobre segurança e insegurança alimentar representativa de todo o Estado da Bahia, com uso de metodologia validada para todo o país, o que permite análises comparativas e abre caminho para criação de um ciclo de estudos que permitam, a partir de diferentes intervenções, avaliar o que soma para promover o direito humano a alimentação e a segurança alimentar e nutricional para todas as baianas e todos os baianos.

Assim, vislumbram-se a partir deste discussões e debates que possam aperfeiçoar a compreensão do presente, e, objetivamente, **construir um futuro sem fome na Bahia e no Brasil**.

REFERÊNCIAS

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), IFAD (International Fund for Agricultural Development) and WFP (World Food Programme). 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acesso em: 26/08/2022

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020; 59 p.

Interlenghi G.S., et al. Suitability of the eight-item version of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample. **Public Health Nutr.** 2019 Apr;22(5):776-784. doi: 10.1017/S1368980018003592. Epub 2018 Dec 27. PMID: 30587257; PMCID: PMC10260656.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O mapa da fome II: informações sobre a indigência por municípios da Federação**. Brasília: Ipea; 1993.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 27/06/2022.

PENSSAN, Rede. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: I VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em: 27/06/2022.

Young, S.L, et al. The Household Water InSecurity Experiences (HWISE) Scale: development and validation of a household water insecurity measure for low-income and middle-income countries: **BMJ Global Health** 2019;4:e001750.

APÊNDICE

Tabela 1 – Características do chefe da família, por zona residencial, segundo características sociodemográficas. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



Características sociodemográficas	Bahia e Zona Residencial					
	Bahia		Zona Urbana		Zona Rural	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Faixa etária do chefe da família ou responsável pelo domicílio						
18 a 49 anos*.	469	61,3%	238	61,8%	226	59,8%
50 a 64 anos*.	195	25,4%	100	26%	91	24,1%
65 anos ou mais*.	102	13,3%	47	12,2%	61	16,1%
Total*.	765	100%	385	100%	378	100%
Sexo do chefe da família ou responsável pelo domicílio						
Masculino*.	446	58,2%	209	54,3%	259	68,5%
Feminino*.	320	41,8%	176	45,7%	119	31,5%
Total*.	765	100%	385	100%	378	100%
Escolaridade do chefe da família ou responsável pelo domicílio						
Sem escolaridade / Fundamental incompleto*.	181	23,7%	82	21,3%	113	29,9%
Fundamental completo / 2º grau Incompleto*.	261	34,1%	130	33,8%	132	34,9%
2º grau completo / Superior ou mais*.	320	41,9%	173	44,9%	128	33,9%
Total*.	762	100%	385	100%	373	100%
Raça/cor do chefe da família ou responsável pelo domicílio						
Branca*.	98	12,8%	51	13,2%	44	11,6%
Preto/parda*.	645	84,3%	323	83,9%	323	85,4%
Outra*.	12	1,6%	4	1,0%	11	2,9%
NR*.	10	1,3%	7	1,8%	-	-
Total*.	765	100%	385	100%	378	100%
Ocupação do chefe da família ou responsável pelo domicílio						
Agricultor (a) familiar ou produtor(a) rural*.	97	12,6%	31	8,1%	93	24,6%
Trabalhador informal*.	138	18%	64	16,6%	82	21,7%
Trabalhando em emprego formal*.	193	25,3%	110	28,6%	63	16,7%
Trabalhando como autônomo regular/ empreendedor individual, profissional liberal, empresário*.	92	12%	51	13,2%	33	8,7%
Está desempregado*.	72	9,4%	42	10,9%	20	5,3%
Outros - aposentado, dona de casa, estudante*.	174	22,7%	87	22,6%	87	23%
Total*.	765	100%	385	100%	378	100%

* Dados ponderados para o total do Estado

Tabela 2 – Domicílios, por zona residencial, segundo características domiciliares. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.


Características domiciliares	Bahia e Zona residencial					
	Bahia		Zona Urbana		Zona rural	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Densidade domiciliar (Nº de cômodos per capita)						
Até 1 cômodo/morador*.	177	21,8%	98	24,1%	64	15,8%
2 cômodos/morador*.	304	37,5%	140	34,5%	183	45,3%
3 cômodos ou mais/morador*.	329	40,7%	168	41,4%	157	38,9%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Nº de moradores						
Até 2 moradores*.	467	57,6%	226	55,7%	253	62,6%
Entre 3 e 4 moradores*.	278	34,4%	143	35,2%	130	32,2%
5 moradores ou mais*.	65	8%	37	9,1%	21	5,2%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Tipo de domicílio						
Casa/apartamento*.	797	98,4%	401	98,8%	394	97,5%
Outros*.	13	1,6%	5	1,2%	10	2,5%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Nº de moradores por faixa etária						
Até 4 anos*.	105	5,2%	62	5,9%	29	3,1%
De 5 a 17 anos*.	359	17,6%	200	19%	127	13,6%
18 a 49 anos*.	1080	53%	552	52,4%	511	54,7%
50 a 64 anos*.	309	15,1%	157	14,9%	148	15,8%
65 e mais*.	185	9,1%	82	7,8%	120	12,8%
Total*.	2038	100%	1053	100%	935	100%
Renda Domiciliar Per Capita Mensal						
Até ¼ de SM*.	119	14,7%	71	17,5%	31	7,7%
Mais de ¼ até ½ SM*.	192	23,7%	94	23,2%	101	25%
Mais de ½ até 1 SM*.	299	36,9%	136	33,5%	184	45,5%
Mais de 1 SM*.	130	16%	67	16,5%	60	14,9%
Não declarou*.	70	8,7%	38	9,4%	28	6,9%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%

* Dados ponderados para o total do Estado

Tabela 3 – Pessoas entrevistadas, por zona residencial, segundo acesso a programas sociais. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



Programas sociais	Bahia e Zona Residencial					
	Bahia		Zona Urbana		Zona Rural	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Aposentadoria						
Sim*.	170	21%	82	20,2%	93	23%
Não *.	639	78,9%	324	79,8%	310	76,7%
NS/NR*.	1	0,1%	-	-	1	0,2%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Bolsa Família						
Sim*.	217	26,8%	108	26,6%	111	27,5%
Não *.	585	72,2%	294	72,4%	289	71,5%
Tentou, mas não conseguiu*.	7	0,8%	3	0,7%	4	1,0%
NS/NR*.	1	0,2%	1	0,2%	-	-
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Auxílio Brasil						
Sim*.	178	22%	82	20,2%	107	26,5%
Não *.	614	75,8%	315	77,6%	288	71,3%
Tentou, mas não conseguiu*.	15	1,9%	7	1,7%	9	2,2%
NS/NR*.	3	0,4%	2	0,5%	-	-
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Morador com BPC						
Sim*.	19	2,4%	8	2,0%	14	3,5%
Não *.	767	94,7%	384	94,6%	384	95%
NS/NR*.	7	0,8%	3	0,7%	4	1%
Tentou, mas não conseguiu*.	17	2,1%	11	2,7%	2	0,5%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Morador matriculado na educação básica pública						
Sim*.	217	26,8%	110	27,1%	105	26%
Não *.	593	73,2%	296	72,9%	299	74%
NS/NR*.	-	-	-	-	-	-
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Algum morador frequenta restaurante popular						
Sim*.	56	7%	24	5,9%	39	9,7%
Não *.	751	92,7%	380	93,6%	365	90,3%
NS/NR*.	3	0,4%	2	0,5%	-	-
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Auxílio do PNAE #						
Sim*.	113	52%	52	47,3%	68	64,8%
Não *.	98	45,3%	54	49,1%	37	35,2%
NS/NR*.	6	2,7%	4	3,6%	-	-
Total*.	217	100%	110	100%	105	100%

#Respondido apenas por famílias com pessoas no domicílio frequentando escola pública

*dados ponderados para o total do Estado

Tabela 4 - Pessoas entrevistadas, por zona residencial, segundo programas e auxílios sociais emergenciais para enfrentamento das dificuldades advindas da pandemia da COVID-19. I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



Auxílios emergenciais	Bahia e Zona Residencial					
	Bahia		Zona Urbana		Zona Rural	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
Morador solicitou auxílio emergencial						
Solicitou e recebeu auxílio*.	373	461%	179	44,1%	206	51%
Solicitou e não recebeu auxílio*.	160	19,7%	75	18,5%	93	23%
Não solicitou*.	270	33,4%	147	36,2	105	26%
NS/NR*.	7	0,9%	5	1,2%	-	-
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Ajuda de instituição não governamental, parentes, amigos, etc						
Sim*.	121	14,9%	50	12,3%	87	21,5%
Não*.	689	85,1%	356	87,7%	317	78,5%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%
Obteve alimentos por meios socialmente não aceitáveis						
Sim*.	178	21,9%	76	18,7%	122	30,2%
Não*.	629	77,7%	328	80,8%	281	69,6%
NS/NR*.	3	0,4%	2	0,5%	1	0,2%
Total*.	810	100%	406	100%	404	100%

*dados ponderados para o total do Estado

Tabela 5 - Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Bahia e localização dos domicílios (urbana e rural). I VIGISAN*, Bahia, 2021-2022.



Zona residencial		Prevalência da segurança e insegurança alimentar					
		Total		Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
Bahia*.	Casos	808		303	285	116	104
	%*.	100%		37,4%	35,3%	14,4%	12,9%
	Projeção*.	14.985.28	(1)	5.599.278	5.286.962	2.161.507	1.937.537
Zona Residencial*.							
Urbana*.	Casos	404		156	126	65	57
	%*.	100%		38,6%	31,2%	16,1%	14,1%
	Projeção*.	10.102.476	(2)	3.900.956	3.150.772	1.625.398	1.425.349
Rural*.	Casos	404		138	185	41	40
	%*.	100%		34,2%	45,8%	10,1%	9,9%
	Projeção*.	3.914.4302	(2)	1.337.107	1.792.499	397.257	387.567

(1) Fonte: IBGE, Estimativa da população residente no Brasil para o ano de 2021

(2) Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010

* Dados do I VIGISAN com expansão da amostra e dados desagregados (rural e urbano) para o Estado da Bahia.

GOVERNO PRESENTE TRABALHA PRA GENTE.

38





BAHIA
sem fome

GOVERNO DO ESTADO



CASA CIVIL

COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÕES
ESTRATÉGICAS DE COMBATE À FOME





BAHIA
sem fome

GOVERNO DO ESTADO



CASA CIVIL

COORDENAÇÃO GERAL DE AÇÕES
ESTRATÉGICAS DE COMBATE À FOME